

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO
DA PARAÍBA - CAU/PB

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA PARAIBA - CAU/PB

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Balanço financeiro

Balanço orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho Federal e ao Conselho Diretor do
Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Paraíba - CAU/PB
João Pessoa - PB

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Paraíba - CAU/PB ("Entidade" ou "Conselho"), que compreendem os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, orçamentária e financeira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Paraíba - CAU/PB em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração e limitação de circulação

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 2.1 e 3.2.1, que informa que o Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") publicou, em 04 de outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP), que normatiza os aspectos relacionados à estrutura conceitual básica para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas Entidades do Setor Público. Ademais, a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional STN nº 539/2015, anexo único, determinou prazos de atendimento aos referidos normativos, traçando um cronograma para que, até 2021, todas as normas estejam convergidas. Atualmente, o Sistema CAU encontra-se em processo de implementação dos referidos normativos contábeis. Nesse sentido, o presente relatório pode não servir para outras finalidades e, portanto, sua distribuição deve ser limitada às partes familiarizadas com seus objetivos e sua base de elaboração. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;



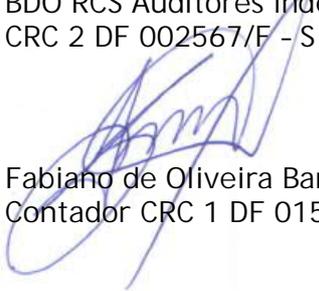
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 13 de abril de 2020.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 DF 002567/F - S - PB



Fabiano de Oliveira Barbosa
Contador CRC 1 DF 015827/O-3 - S - PB

Período: 01/01/2019 a 31/12/2019

Balço Patrimonial

Período Anterior: 01/01/2018 à 31/12/2018

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	1.645.124,50	1.426.425,56	PASSIVO CIRCULANTE	72.975,46	69.065,07
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	922.378,88	867.655,09	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	72.352,73	75,90D
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	722.560,87	558.741,75	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
PROFISSIONAIS E EMPRESAS	571.036,51	448.607,70	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	0,00
PROFISSIONAIS E EMPRESAS	1.171.738,88	906.132,52	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
(-) PROVISÕES DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	1.020.214,52C	795.998,47C	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	184,75	28,72	PROVISÕES A CURTO PRAZO	184,83	66.771,50
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	437,90	2.369,47
ESTOQUES	0,00	0,00		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00		0,00	0,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	83.709,94	92.745,02	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	10.000,00	35.000,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	83.709,94	92.745,02	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	233.452,03	223.557,03	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	149.742,09C	130.812,01C	PROVISÕES A LONGO PRAZO	10.000,00	35.000,00
INTANGÍVEL	0,00	0,00	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	82.975,46	104.065,07

			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
			Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Demais Reservas	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	1.645.858,98	1.415.105,51
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.645.858,98	1.415.105,51
TOTAL	1.728.834,44	1.519.170,58	TOTAL	1.728.834,44	1.519.170,58
ATIVO FINANCEIRO	922.378,88	867.655,09	PASSIVO FINANCEIRO	72.975,46	69.065,07
ATIVO PERMANENTE	806.455,56	651.515,49	PASSIVO PERMANENTE	10.000,00	35.000,00
SALDO PATRIMONIAL				1.645.858,98	1.415.105,51

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício	ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício
Saldo do Atos Potenciais Ativos	Atual	Anterior	Saldo do Atos Potenciais Passivos	Atual	Anterior
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	484.748,48	216.997,01
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	484.748,48D	216.997,01D

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	849.403,42	798.590,02



Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	1.667.709,22	1.481.504,92	Despesa Orçamentária	1.610.973,73	1.448.883,06
RECEITA REALIZADA	1.667.709,22	1.481.504,92	CREDITO EMPENHADO – PAGO	1.610.973,73	1.448.883,06
RECEITA CORRENTE	1.667.709,22	1.481.504,92	DESPEZA CORRENTE	1.601.078,73	1.444.963,56
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	740.056,80	641.763,18	PESSOAL	943.837,28	845.361,67
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	740.056,80	641.763,18	MATERIAL DE CONSUMO	9.973,83	8.592,97
ANUIDADES	740.056,80	641.763,18	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	92.000,00	107.980,00
RECEITA DE SERVIÇOS	767.715,73	709.414,04	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	237.183,95	250.023,20
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	1.212,94	878,00	ENCARGOS DIVERSOS	88.668,47	47.392,26
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	766.351,17	708.243,24	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	229.415,20	185.613,46
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	151,62	292,80	DESPEZA DE CAPITAL	9.895,00	3.919,50
FINANCEIRAS	116.588,09	113.460,64	INVESTIMENTOS	9.559,00	3.919,50
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	36.557,65	29.882,83	INVERSÕES FINANCEIRAS	336,00	
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	80.030,44	83.577,81			
MULTAS SOBRE ANUIDADES	29.810,38	31.481,94			
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	50.220,06	52.095,87			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	43.348,60	16.867,06			
MULTAS DE INFRAÇÕES	2.102,79	5.296,36			
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	41.245,81	11.570,70			

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	1.138.812,45	1.342.987,50	Pagamentos Extraorçamentários	1.140.824,15	1.341.471,55
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados			Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		
Inscrição de Restos a Pagar Processados			Pagamentos de Restos a Pagar Processados		
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	125.892,52	246.043,20	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	127.824,09	244.434,63
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.012.919,93	1.096.944,30	Outros Pagamentos Extraorçamentários	1.013.000,06	1.097.036,92
Saldo em espécie do Exercício Anterior	867.655,09	833.517,28	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	922.378,88	867.655,09
Caixa e Equivalente de Caixa	867.655,09	833.517,28	Caixa e Equivalente de Caixa	922.378,88	867.655,09
Depósitos. Rest. Vlr Vinculados			Depósitos. Rest. Vlr Vinculados		
Total:	3.674.176,76	3.658.009,70		3.674.176,76	3.658.009,70

Período: 01/01/2019 a 31/12/2019

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	1.750.821,00	1.815.893,24	1.667.709,22	-148.184,02
RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES	847.954,00	843.366,35	740.056,80	-103.309,55
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	847.954,00	843.366,35	740.056,80	-103.309,55
ANUIDADES	847.954,00	843.366,35	740.056,80	-103.309,55
RECEITA DE SERVIÇOS	778.552,00	843.333,00	767.715,73	-75.617,27
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	1.000,00	1.268,00	1.212,94	-55,06
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	777.052,00	841.065,00	766.351,17	-74.713,83
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	500,00	1.000,00	151,62	-848,38
FINANCEIRAS	115.315,00	115.315,00	117.916,98	2.601,98
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	28.315,00	28.815,00	36.557,65	7.742,65
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	87.000,00	86.500,00	81.359,33	-5.140,67
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	3.500,00	3.500,00	1.328,89	-2.171,11
MULTAS SOBRE ANUIDADES	31.500,00	33.000,00	29.810,38	-3.189,62
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	52.000,00	50.000,00	50.220,06	220,06
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.000,00	13.878,89	42.019,71	28.140,82
MULTAS DE INFRAÇÕES	2.000,00	2.500,00	773,90	-1.726,10
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.000,00	10.378,89	41.245,81	30.866,92
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	1.000,00	1.000,00	0,00	-1.000,00
RECEITA DE CAPITAL	16.000,00	16.000,00	0,00	-16.000,00

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL			16.000,00	16.000,00	0,00	-16.000,00		
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE			16.000,00	16.000,00	0,00	-16.000,00		
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			0,00	0,00	0,00	0,00		
SUB-TOTAL DAS RECEITAS			1.766.821,00	1.831.893,24	1.667.709,22	-164.184,02		
DÉFICIT			0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL			1.766.821,00	1.831.893,24	1.667.709,22	-164.184,02		
DESpesas ORÇAMENTÁRIAS			DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESpesas EMPENHADAS	DESpesas LIQUIDADAS	DESpesas PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPEZA CORRENTE			1.735.821,00	1.799.888,38	1.601.078,73	1.601.078,73	1.601.078,73	198.809,65
PESSOAL			960.433,31	998.535,36	943.837,28	943.837,28	943.837,28	54.698,08
PESSOAL E ENCARGOS			890.593,31	929.022,41	895.357,28	895.357,28	895.357,28	33.665,13
DIÁRIAS			69.840,00	69.512,95	48.480,00	48.480,00	48.480,00	21.032,95
MATERIAL DE CONSUMO			20.000,00	17.353,33	9.973,83	9.973,83	9.973,83	7.379,50
MATERIAL DE CONSUMO			20.000,00	17.353,33	9.973,83	9.973,83	9.973,83	7.379,50
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA			152.445,00	109.930,00	92.000,00	92.000,00	92.000,00	17.930,00
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS			14.645,00	16.480,00	13.400,00	13.400,00	13.400,00	3.080,00
DIÁRIAS			109.800,00	68.850,00	54.000,00	54.000,00	54.000,00	14.850,00
SERVIÇOS DE CONSULTORIA			28.000,00	24.600,00	24.600,00	24.600,00	24.600,00	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			364.480,69	317.936,95	237.183,95	237.183,95	237.183,95	80.753,00
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO			36.587,00	40.710,21	34.301,16	34.301,16	34.301,16	6.409,05
SERVIÇOS PRESTADOS			273.963,69	212.303,99	164.913,36	164.913,36	164.913,36	47.390,63
PASSAGENS			53.930,00	64.922,75	37.969,43	37.969,43	37.969,43	26.953,32
ENCARGOS DIVERSOS			67.000,00	123.315,84	88.668,47	88.668,47	88.668,47	34.647,37
ENCARGOS DIVERSOS			67.000,00	123.315,84	88.668,47	88.668,47	88.668,47	34.647,37
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			171.462,00	232.816,90	229.415,20	229.415,20	229.415,20	3.401,70
FUNDO DE APOIO AO CAU-UF			33.533,00	27.944,50	27.944,10	27.944,10	27.944,10	0,40

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CONVÊNIOS, CONTRATOS E PATROCÍNIO	30.500,00	96.029,14	96.024,28	96.024,28	96.024,28	4,86
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	16.000,00	16.000,00	9.895,00	9.895,00	9.895,00	6.105,00
INVESTIMENTOS	16.000,00	15.664,00	9.559,00	9.559,00	9.559,00	6.105,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	16.000,00	15.664,00	9.559,00	9.559,00	9.559,00	6.105,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	336,00	336,00	336,00	336,00	0,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	0,00	336,00	336,00	336,00	336,00	0,00
DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	15.000,00	16.004,86	0,00	0,00	0,00	16.004,86
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	1.766.821,00	1.831.893,24	1.610.973,73	1.610.973,73	1.610.973,73	220.919,51
SUPERÁVIT	0,00	0,00	56.735,49	0,00	0,00	-56.735,49
TOTAL	1.766.821,00	1.831.893,24	1.667.709,22	1.610.973,73	1.610.973,73	164.184,02

Período: 01/01/2019 a 31/12/2019

Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	2.080.744,39	1.892.460,16	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1.849.990,92	1.512.612,84
CONTRIBUIÇÕES	1.128.091,97	963.921,17	PESSOAL E ENCARGOS	901.123,34	802.016,73
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.128.091,97	963.921,17	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	820.496,45	749.835,65
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.128.091,97	963.921,17	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	820.496,45	749.835,65
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	767.715,73	709.414,04	BENEFÍCIOS A PESSOAL	80.626,89	52.181,08
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	767.715,73	709.414,04	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	80.626,89	52.181,08
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	767.715,73	709.414,04	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	495.236,33	487.321,93
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	117.916,98	116.707,21	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	9.973,83	8.592,97
JUROS E ENCARGOS DE MORA	37.886,54	33.129,40	CONSUMO DE MATERIAL	9.973,83	8.592,97
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	37.886,54	33.129,40	SERVIÇOS	466.332,42	450.095,46
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	80.030,44	83.577,81	DIARIAS	102.480,00	117.750,00
MULTAS SOBRE ANUIDADES	80.030,44	83.577,81	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	75.969,43	60.004,59
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	67.019,71	102.417,74	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	287.882,99	272.340,87
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	67.019,71	102.417,74	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	18.930,08	28.633,50
MULTAS ADMINISTRATIVAS	773,90	2.049,79	DEPRECIACAO	18.930,08	28.633,50
INDENIZAÇÕES	41.245,81	11.570,70	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	229.415,20	185.613,46
REVERSÃO DE PROVISÕES	25.000,00	88.797,25	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	229.415,20	185.613,46
			TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	229.415,20	185.613,46
			DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	224.216,05	2.660,72
			REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	224.216,05	2.660,72
			VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM PROVISÃO PARA PERDAS DE CREDITOS	224.216,05	2.660,72
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	35.000,00
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	35.000,00
			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	0,00	35.000,00

Total das Variações Ativas :	2.080.744,39	1.892.460,16	Total das Variações Passivas :	1.849.990,92	1.512.612,84
-------------------------------------	---------------------	---------------------	---------------------------------------	---------------------	---------------------

RESULTADO PATRIMONIAL					
Déficit do Exercício			Superávit do Exercício	230.753,47	379.847,32
Total	2.080.744,39	1.892.460,16	Total	2.080.744,39	1.892.460,16

Período: 01/01/2019 a 31/12/2019

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	1.667.709,22	1.481.504,92
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	740.056,80	641.763,18
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	740.056,80	641.763,18
ANUIDADES	740.056,80	641.763,18
RECEITA DE SERVIÇOS	767.715,73	709.414,04
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	1.212,94	878,00
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	766.351,17	708.243,24
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	151,62	292,80
FINANCEIRAS	116.588,09	113.460,64
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	36.557,65	29.882,83
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	80.030,44	83.577,81
MULTAS SOBRE ANUIDADES	29.810,38	31.481,94
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	50.220,06	52.095,87
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	43.348,60	16.867,06
MULTAS DE INFRAÇÕES	2.102,79	5.296,36
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	41.245,81	11.570,70
OUTROS INGRESSOS	1.138.812,45	1.342.987,50
DESEMBOLSOS		
DESPESA CORRENTE	1.601.078,73	1.444.963,56
PESSOAL	943.837,28	845.361,67
MATERIAL DE CONSUMO	9.973,83	8.592,97
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	92.000,00	107.980,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	237.183,95	250.023,20
ENCARGOS DIVERSOS	88.668,47	47.392,26
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	229.415,20	185.613,46
OUTROS DESEMBOLSOS	1.140.824,15	1.341.471,55
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	64.618,79	38.057,31
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
INVESTIMENTOS	9.559,00	3.919,50
INVERSÕES FINANCEIRAS	336,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-9.895,00	-3.919,50
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	54.723,79	34.137,81
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	867.655,09	833.517,28
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	922.378,88	867.655,09

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA PARAÍBA - CAU/PB

1. Informações Gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Paraíba - CAU/PB criado pela Lei nº 12.378/2010 tem como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado à Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização estabelecidas em seu Regimento Interno. A Entidade goza de isenção tributária, com base na Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB de 1988 art. 150 Inciso VI.

O Conselho está localizado na Av. Guarabira, nº 1200, Manaíra - 2º andar do Empresarial Boulevard Guarabira, salas 301, 302 e 303.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1. Base de preparação

As Demonstrações Contábeis estão fundamentadas na Lei nº 4.320/64 e em consonância com o Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público, aprovada pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 06/18, e Portaria STN nº 877 de 18/12/2018, 8ª edição, e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público conforme NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, NBC TSP 07, NBC TSP 11 e NBC TSP 16.

2.2. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível.
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da entidade.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (Nota 3.4), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes (Nota 3.2.1) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (Nota 3.8). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitens 3.2.1 e 3.2.2), ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

3.2.1 Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos

- a) Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/PB procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício de 2017.
- b) Base de mensuração - Média aritmética ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2018.
- c) Julgamento pela aplicação - Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/PB, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados exclusivamente pelo almoxarifado de materiais de uso e consumo em expediente.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/PB segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	Anos	Valor residual
Móveis e utensílios	10	10%
Veículos	5	10%
Máquinas e equipamentos	5	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Biblioteca	0	0%
Obras de arte	0	0%
Utensílios de copa e cozinha	5	10%
Sistemas de processamento de dados	10	10%
Instalações	10	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 12.

Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/PB procedeu ao registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício de 2017.

Base de mensuração - O CAU/PB adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de Risco Financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

- a) Risco de Crédito: O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

- i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

ii) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

- b) Risco de mercado: O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.
- c) Risco de liquidez: O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Banco conta movimento	-	3.672
Aplicações financeiras	922.379	863.983
	<u>922.379</u>	<u>867.655</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos de renda fixa emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos de curto prazo

	2019	2018
Créditos de anuidades do exercício	571.036	448.608
Créditos de anuidades de exercícios anteriores	1.171.739	906.132
(-) Provisão para devedores duvidosos	(1.020.214)	(795.998)
	<u>722.561</u>	<u>558.742</u>

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

A Entidade registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada.

Os créditos de curto prazo, apresentados na tabela acima mostra uma elevação significativa em relação ao exercício anterior, isso se deve ao aumento de parcelamentos e a quantidade de novos profissionais e a reversão de provisão para devedores duvidosos que houve após nova análise no quadro hoje existente.

7. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

	2019	2018
TRIBUTOS FEDERAIS A COMPENSAR	119	16
ISS A COMPENSAR	55	-
CAU/BR	11	13
	<u>185</u>	<u>29</u>

Os créditos acima, referem-se as contas transitórias com compensação nos meses subsequentes, são contas de adiantamento.

8. Imobilizado

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

	Custo	Depreciação Acumulada	Liquido	
			2018	2019
Móveis e Utensílios	120.937	(69.854)	61.084	51.083
Máquinas e Equipamentos	1.494	(1.018)	140	476
Equip. de Proces. de Dados	20.760	(18.248)	2.753	2.512
Equipamentos de informática	74.625	(54.842)	27.858	19.783
Máquinas, Motores e Aparelhos	15.636	(5.780)	910	9.856
Total	<u>233.452</u>	<u>(149.742)</u>	<u>92.745</u>	<u>83.710</u>

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Movimentação do ativo imobilizado:

	31.12.2018	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2019
Móveis e Utensílios	120.937	-	-	(69.854)	51.083
Máquinas e Equipamentos	1.158	336	-	(1.018)	476
Equip. de Proces. de Dados	20.760	-	-	(18.248)	2.512
Equipamentos de informática	74.625	-	-	(54.842)	19.783
Máquinas, Motores e Aparelhos	6.077	9.559	-	(5.780)	9.856
Total	223.557	9.895	-	(149.742)	83.710

O CAU/PB no exercício de 2019, fez a aquisição de 03(três) equipamentos de ar-condicionado e 03 (três) suportes para banners para a sede do Conselho.

9. Obrigações e Repartição a Outros

Descrição	2019	2018
Honorários Advocatícios	438	438
Depositos Judiciais A	-	1.932
Total	438	2.370

10. Provisões a Curto Prazo

Descrição	2019	2018
Despesas de Pessoal a Pagar	-	(76)
Férias	47.231	44.235
INSS	17.718	15.621
FGTS	6.781	6.162
PIS/PASEP	622	569
Total	72.353	66.511

Provisões de férias e encargos acumulados no exercício para pagamento e baixa em exercícios seguintes.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

11. Demais Obrigações a Curto Prazo

Descrição	2019	2018
Devolução de Contribuições	185	185
Total	185	185

12. Provisão para riscos processuais

A Entidade é parte em determinados processos oriundos do curso normal do seu funcionamento, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, estão assim representadas:

	2019	2018
Provisão para riscos processuais	10.000	35.000
	10.000	35.000

A movimentação da provisão no exercício de 2019 está demonstrada a seguir:

	2018	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização	2019
Tributários	-	-	-	-	-	-
Trabalhistas	35.000	-	(25.000)	-	-	10.000
Cíveis	-	-	-	-	-	-
Total	35.000	-	(25.000)	-	-	10.000

Natureza das contingências

A Entidade é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

13. Patrimônio Líquido

	2018	2019
Resultados acumulados	1.190.889	1.035.258
Resultado do Período	454.970	379.847
Patrimônio Líquido	<u>1.645.859</u>	<u>1.415.106</u>

14. Partes relacionadas

A Entidade em 31 de dezembro de 2019 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/SP, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

No exercício de 2019 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

15. Variação Patrimonial Aumentativo - Natureza

	2019	2018
Variação Patrimonial Aumentativa		
Contribuições	1.103.509	954.527
Exploração De Bens Direitos e Prestação De Serviços	812.963	742.347
Receitas Financeiras	98.026	95.218
Indenizações	66.246	11.571
Outras Variações Aumentativas	-	88.797
	<u>2.080.744</u>	<u>1.892.460</u>

16. Variação Patrimonial Diminutivo - Natureza

	2019	2018
Variação Patrimonial Diminutiva		
Pessoal e Encargos	901.123	802.017
Material de Consumo	9.974	8.593
Serviços de Terceiros	466.333	450.095
Depreciação de Bens	18.930	28.633
Transfêrencias Consedidas	229.415	185.614
Provisões para Perdas	224.216	2.661
Outras Variações Diminutivas	-	35.000
	<u>1.849.991</u>	<u>1.512.613</u>

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

17. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

<u>Resultado Patrimonial</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Varição Patrimonial Aumentativa (Receita)	2.080.744	1.892.460
(-) Varição Patrimonial Diminutiva (Despesa)	<u>(1.849.991)</u>	<u>(1.512.613)</u>
(=) Superávit Patrimonial apurado	<u>230.753</u>	<u>379.847</u>
<u>Resultado Orçamentário</u>	<u>2.019</u>	<u>2.018</u>
Receita Orçamentária Arrecadada	1.667.709	1.481.505
(-) Despesas Empenhadas	<u>(1.601.079)</u>	<u>(1.448.883)</u>
(=) Superávit Orçamentário Apurado	<u>66.630</u>	<u>32.622</u>
<u>Resultado Financeiro</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo Disponível Apurado	922.379	867.655
(-) Passivo Circulante	<u>(72.975)</u>	<u>(69.065)</u>
(=) Superávit Financeiro Apurado	<u>849.404</u>	<u>798.590</u>

18. Seguros

A Entidade não possui seguros contratados.

19. Relacionamento com os auditores independentes

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo contratados outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

20. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019.

João Pessoa/PB, 21 de fevereiro de 2020.

RICARDO VICTOR DE MENDONÇA VIDAL

Presidente

CAU A12478-8

362.083.904-06

MÔNICA CRISTINA VIEIRA SMITH

Assessora Contábil

CRC 5920/O PB

952.254.394-20